

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Proposta de Fiscalização e Controle Nº 9, DE 2011

RELATÓRIO PARCIAL

Propõe à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado que realize ato de fiscalização e controle sobre a gestão das políticas públicas de enfrentamento ao uso de *Crack*.

Autor: Deputada Perpétua Almeida

Relator: Deputado Alexandre Baldy

I - PRELIMINARES

Trata-se de proposta de fiscalização e controle dos atos de gestão praticados pelo Poder Público nas ações de enfrentamento ao uso de *Crack*.

A PFC em análise foi proposta em 15 de abril de 2011 e para a qual o Relator à época preparou um relatório prévio com plano de trabalho. Em maio de 2012, o Tribunal de Contas da União enviou uma documentação com algumas informações solicitadas, o que se encontra desatualizada e necessita ser revista à luz do que foi realizado desde aquele ano até o presente momento.

Por ter decorrido esse longo período, vemos a necessidade da apresentação de um novo Relatório Parcial com um Plano de Trabalho atualizado.

Em sua proposta original, a ilustre Autora denuncia que “o crack representa a mais grave e devastadora epidemia da atualidade. Além de destruir famílias e demarcar territórios em áreas urbanas controlados por narcotraficantes, deteriorando a qualidade de vida nas cidades, o crack transforma seus usuários em verdadeiros farrapos humanos”.

Além disso, argumenta que, “por ter custo menos elevado, o crack acabou se disseminando por praticamente todos os municípios brasileiros. Por essa razão, o Congresso Nacional precisa urgentemente debater e propor soluções para esse complexo desafio”.

II – DA OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA

Em 30 de novembro de 2011, a proposta foi considerada pela Comissão, por todos os pontos de vista, oportuna, conveniente e de extrema relevância, o que permanece até o presente. Então é importante dar sequência ao trabalho iniciado e que foi interrompido por longo período de tempo.

A presente Proposta de Fiscalização e Controle visa avaliar as políticas públicas de enfrentamento ao uso ilícito de drogas. Nesse contexto, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas foi elaborado como resposta do Poder Executivo aos desafios impostos a toda nação brasileira frente ao fenômeno do uso de *Crack*.

Tal plano previu investimentos em ações de saúde, assistência e repressão ao tráfico em um montante aproximado de R\$ 400 milhões, em 2010. Suas ações tiveram o objetivo de coordenar as ações federais de prevenção, tratamento, reinserção social do usuário do crack e outras drogas, bem como enfrentar o tráfico, em parceria com estados, municípios e demais atores sociais.

O plano foi composto de ações de aplicação imediata e ações estruturantes. Dentre as ações imediatas destacaram-se aquelas voltadas para o enfrentamento ao tráfico da droga em todo o território nacional, principalmente nos municípios localizados em região de fronteira e a realização de uma campanha permanente de mobilização nacional para engajamento ao plano.

As ações estruturantes organizam-se em torno de quatro eixos:

- (1) integração de ações de prevenção, tratamento e reinserção social;
- (2) diagnóstico da situação sobre o consumo do crack e suas consequências;
- (3) campanha permanente de mobilização, informação e orientação; e
- (4) formação de recursos humanos e desenvolvimento de metodologias.

Em um tema tão relevante, a fiscalização deve ser ampla, uma vez que o uso de drogas ilícitas, não raras vezes, desencadeia efeitos que são sentidos no campo da segurança e da saúde públicas.

Além disso, há notícias relacionadas à fragmentação no emprego dos recursos que foram destinados ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, o que pode ter prejudicado sua efetividade. É necessário, portanto, focar as ações de fiscalização na execução desse plano.

III - PLANO DE TRABALHO

Por conseguinte, sou pela adoção do seguinte plano de execução:

I – solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria dos atos de gestão do Plano de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, lançado em 2010, e de outros programas que sejam de interesse nesse mesmo tema, atualizados, entre 2010 e 2016.

II – de posse das informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União, solicitar reuniões de trabalho com os Ministérios para o esclarecimento sobre o impacto das ações e para o levantamento da sua efetividade;

III – realizar audiência pública com movimentos sociais que tenham reflexões sobre as questões centrais do enfrentamento ao uso de drogas ilícitas;

IV – elaborar relatório final de fiscalização e controle, com manifestação sobre a legalidade e avaliação política, administrativa, social e econômica de edição dos atos fiscalizados, bem como indicação de eventuais providências a serem adotadas.

IV - VOTO DO RELATOR

Pelas razões expostas, voto pela implementação da PFC proposta pela nobre Autora, nos termos do Plano de Trabalho apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado ALEXANDRE BALDY
Relator